



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO nº 028/2016

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº 003 de 1993, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, e Resolução CONSEMA nº 288 de 03/10/2014, combinada com a Resolução CMMA nº 001/10 de 28/12/2010, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE OPERAÇÃO**, que autoriza o:

Processo Administrativo n.º **000.859/2015**
Protocolo n.º **409/15 de 28/12/2015**

Licenciado: **CELSO FINCK**
CPF 695.787.530-04

Endereço: Linha Graeff
Interior do município de Nova Boa Vista/RS

VISTO: ART nº 8359344 CREA-RS de Projeto Técnico e Assessoria responsabilidade da Eng^a Florestal LUANA DE DORDI CREA-RS 198.860. Vistoria Pública e Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART nº 8366119 do CREA-RS (Contrato Administrativo), datado de 25/02/2016, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições.

OBJETO: No imóvel localizado na Linha Graeff, interior do município de Nova Boa Vista/RS, Imóvel matriculado no CRI de Sarandi, sob nº 3.674 com 18,0ha, nas Coordenadas Geográficas, Lat. 28°01'69.9"S Long. 52°57'52.8"W. Promover **OPERAÇÃO** relativa atividade:

BOVINOCULTURA LEITEIRA, plantel de **43 Animais**, manejadas em **190,00 m²** contemplando: Sala de ordenha, Sala de espera e Sala resfriamento do leite com **80,00 m²**, e galpão de alimentação com **110,00 m²**, e sistema de tratamento de dejetos em 02 (duas) estruturas de estabilização 01 (uma) uma lagoa de estabilização, revestida em PEAD – Poli Etileno de Alta Densidade com **50,00 m³** e 01 (uma) estrutura de estabilização em alvenaria com **200,00 m³**.

II. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Quanto às condições da propriedade:

“Teu Progresso Nosso Futuro”

Av. Jacob Wagner Sobrinho, nº 939 Fone-Fax: (54) 3360.3000 / 3360.3018 – e-mail: prefeitura@novaboavistas.com.br
www.novaboavistas.com.br



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 1.1. Deverá ser observada a legislação referente às APP(s) – Áreas de Preservação Permanentes, e atendido no Art. 61-A da Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012;
- 1.2. Imóvel em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal nº 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal nº 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- 1.3. O imóvel deverá ser inscrito no CAR - Cadastro Ambiental Rural, junto ao DEFAP/SEMA, conforme determina o §1º do Art. 29 da Lei Federal nº 12.651/12 de 25/05/2012, a ser realizada quando da implantação do Cadastro;
- 1.4. Deverão adotar medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;
- 1.5. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria nº 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;
- 1.6. Armazenar sempre a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;
- 1.7. As embalagens de medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando anualmente (até dia 15 do mês de janeiro), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;
- 1.8. Cientificar a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na atividade ora licenciada;
- 1.9. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses plano de desativação com levantamento técnico do(s) passivo(s) e definições a destinação final do(s) mesmo(s) para o local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

- 2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 60 metros de manancial hídrico e 50 metros de nascente;
- 2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros das habitações e terrenos vizinhos;
- 2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de estrada;
- 2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;
- 2.5. Os pisos devem ser mantidos em alvenaria e impermeabilizados, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;
- 2.6. As paredes internas e externas devem ser em material rígido não poroso, e com pintura, e ou azulejadas;

“Teu Progresso Nosso Futuro”



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.7. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 25/05/2016**, deverão ser construídas muretas de contenção de dejetos, provenientes da sala de espera, e instalada tubulação coletora, sendo que todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos; No mesmo prazo deverá ser noticiado ao Departamento Ambiental Municipal, através de relatório fotográfico o atendimento desta condição, **obrigatória para o andamento do processo**;

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

3.1 O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser mantido com capacidade mínima de **200,00 m³** (02 (duas) estruturas de estabilização), e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);

3.2. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 25/05/2016**, as áreas de tratamento de dejetos deverão ser isoladas com cerca de tela plástica com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura. **No mesmo prazo** deverá ser noticiado ao Departamento Ambiental Municipal, através de relatório fotográfico o atendimento desta condição, **obrigatória para o andamento do processo**;

3.3. Deverão ser implantados procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;

3.4. O sistema de em tela, deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;

4.2. O lençol freático deve estar a, pelo menos, 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.

4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distancia mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 500 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 60 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Com vistas à renovação da presente LO, devera ser requerido e apresentado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

1. Requerimento solicitando a renovação desta LO;

2. Cópia desta licença;



MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3. Laudo Técnico com a pertinente ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, informando as condições de operação de todo o sistema, (tamanho das instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos) com ênfase ao atendimento na íntegra dos **ítems 2.7 e 3.2. obrigatórios e indispensáveis a Renovação.**

4. Plano de Gerenciamento de disposição em solo agrícola, por um período de 04 (quatro) anos, dos dejetos gerados pela atividade em tela, com ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa às atividades de Assessoria e Assistência Técnica;

5. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. A responsável técnica pelas informações técnicas e disposição dos dejetos em solo agrícola, é a Eng^a Florestal LUANA DE DORDI CREA-RS 198.860, através da ART nº 8359344 CREA-RS;

2. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **31/12/2018**, perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo pré-estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO**, fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepçiona a Lei Federal nº 9.605/98, combinada com o Decreto Federal nº 6.514/08;

3. A presente **LO** não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

4. O Sr. **Celso Fink fica e é** responsável em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma.

OBSERVAÇÃO:

1. Trata-se de 01 (uma) atividade classificada como de porte “**MÍNIMO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”.

2. A presente **LO renova a LO nº 012/2013** expedida pelo município.

Nova Boa Vista/RS, 26 de fevereiro de 2016.

Marcos Rubenich
Secretario Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Ederson Simon
Fiscal Ambiental

“Teu Progresso Nosso Futuro”

Av. Jacob Wagner Sobrinho, nº 939 Fone-Fax: (54) 3360.3000 / 3360.3018 – e-mail: prefeitura@novaboavistas.com.br
www.novaboavistas.com.br